

02 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Presidente do STF diz que degradar Judiciário é 'suicídio'

Em discurso, Peluso admite que a Justiça não é invulnerável à corrupção, mas afirma que é o Poder que mais se fiscaliza e classifica de 'impróprias' as pressões sobre juiz

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, rebateu ontem as críticas ao Judiciário, acusado de corporativismo e de dificultar a investigação sobre magistrados suspeitos. "Só uma nação suicida ingressaria voluntariamente em um processo de degradação do Poder Judiciário", afirmou Peluso, em discurso de 38 minutos, na abertura dos trabalhos do STF. Peluso admi-

tiu que a magistratura não é invulnerável à corrupção, mas afirmou que o Judiciário é o Poder que mais se fiscaliza. Ele classificou como "impróprias" e "tendentes a constranger juízes e ministros" as pressões exercidas contra magistrados. O julgamento no STF que delimitaria o poder do Conselho Nacional de Justiça foi suspenso ontem e prosseguirá hoje.

CEZAR PELUSO, PRESIDENTE DO STF

"Esse caminho nefasto (crise no Judiciário) conduziria a uma situação de quebra da autoridade ética e jurídica das decisões judiciais que, aniquilando a segurança jurídica, significaria retorno à massa informe da barbárie"



Poderes. Peluso (centro) com Temer (esq.) e o deputado Marco Maia

CONTINUA

02 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Poderes da República. Na abertura dos trabalhos do STF, Peluso, horas antes de Corte iniciar julgamento sobre papel do CNJ, responde às críticas de corporativismo da magistratura e suspeitas de corrupção e afirma que Judiciário é, entre os Poderes, o que mais fiscaliza seus membros

Presidente do Supremo rechaça crise: 'Só uma nação suicida degrada o Judiciário'

Com o Judiciário alvo de críticas, suspeitas de deslizes na conduta de magistrados, acusações de corporativismo e dúvidas sobre os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para investigar seus pares, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, quebrou o silêncio e repudiou as críticas e afirmações de que o Poder está em crise. "Só uma nação suicida ingressaria voluntariamente em um processo de degradação do Poder Judiciário", alertou no discurso de abertura dos trabalhos do STF e horas antes de a Corte Suprema iniciar o julgamento sobre os limites de atuação do CNJ.

Numa fala de 38 minutos, Peluso admitiu que a magistratura não é invulnerável à corrupção, mas afirmou que o Judiciário é o Poder que mais se fiscaliza. Ele repeliu pressões sobre os ministros e enfatizou que os juízes continuarão a cumprir sua função com independência.

"Temos ouvido, com surpresa, que o Poder Judiciário está em crise. Os mais alarmistas não excepcionam sequer os outros dois Poderes da República. Confesso que, alheio ao hábito da só visão catastrófica dos homens e das coisas, não é assim que percebo o País, nem o Poder Judiciário", afirmou.

Segundo o ministro, não está em discussão se magistrados suspeitos de corrupção devem ou não ser punidos: "No debate apaixonado em que se converteu questão jurídica submetida ao juízo desta Corte, acerca do alcance e limites das competências constitucionais do CNJ, perde-se de vista que seu âmago não está em discutir a necessidade de punição de abusos, mas apenas em saber que órgão ou órgãos deve puni-los. Entre uma e outra coisas vai uma distância considerável", afirmou.

Pressões. Peluso classificou como "impróprias" e "tendentes a constrianger juízes e ministros" as pressões exercidas contra magistrados. Criticou, sem identificar alvos, pressões externas sobre magistrados como forma de levar os ministros a votar contrariamente às suas convicções. "Pressões, todavia, são manifestação de autoritarismo e desrespeito à convivência democrática."

As declarações não fizeram referência direta, mas lembraram as acusações contra ministros do STF que concederam liminares para limitar os poderes do CNJ. No final do ano passado, Marco Aurélio Mello concedeu liminar para dizer que o CNJ só poderia processar magistrados depois que as corregedorias dos tribunais locais processassem es-

ses juízes. No mesmo dia, o ministro Ricardo Lewandowski suspendeu as inspeções que seriam feitas pela Corregedoria Nacional de Justiça em 22 tribunais, analisando declarações de bens e rendas dos magistrados e servidores e valendo-se de dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e das folhas de pagamento dos TJs.

Os dois ministros foram alvos de críticas. Lewandowski foi acusado de dar a liminar por ter recebido verbas atrasadas do Tribunal de Justiça de São Paulo, o primeiro a ser inspecionado.

As liminares suscitaram debates e críticas sobre a caixa-preta do Judiciário. Peluso insistiu que levar o Judiciário para uma crise de legitimidade seria suicídio. "Esse caminho nefasto, sequer imaginável na realidade brasileira, conduziria a uma situação inconcebível de quebra da autoridade ética e jurídica das decisões judiciais que, aniquilando a segurança jurídica, incentivando violência contra os juízes e exacerbando a conflitualidade social em grau insuportável, significaria retorno à massa informe da barbárie."

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

02 FEV 2012

O Judiciário é – na visão de Peluso –, entre os três Poderes, aquele com estrutura mais rigorosa para punir seus integrantes. Nem a Controladoria-Geral da União (CGU), que faz o controle administrativo do Executivo, nem as corregedorias da Câmara e do Senado teriam tantos poderes correccionais quanto o órgão de controle do Judiciário, segundo o ministro. “Nenhum dos Poderes se reveste do portentoso aparato de controle que (...) cerca o Judiciário mediante as corregedorias locais e dos tribunais superiores e do Conselho Nacional de Justiça (...), o único órgão integrado por agentes externos a exercer contínua e rigorosa fiscalização do próprio Poder”, disse.

Peluso reconheceu que o Judiciário não está isento de vícios e que o juiz não é “invulnerável à corrupção”, mas disse que esses problemas atingem a sociedade como um todo. “Esta, a corrupção, não é objeto de geração espontânea, nem o resultado de forças estranhas à dinâmica social, senão que é produto mesmo das sociedades cuja cultura está em privilegiar, como objetivo primordial da vida, a conquista e o acúmulo, por qualquer método.”

• **Discurso**

CEZAR PELUSO

PRESIDENTE DO STF

“Só uma nação suicida
Ingressaria voluntariamente em
um processo de degradação do
Poder Judiciário”

“Temos ouvido, com surpresa,
que o Poder Judiciário está em
crise. Os mais alarmistas não
excepcionam sequer os outros
dois Poderes da República.
Confesso que, alheio ao hábito
da só visão catastrófica dos
homens e das coisas, não é
assim que percebo o País, nem o
Poder Judiciário”

“Nenhum dos Poderes da
República se reveste do
portentoso aparato de controle
que (...) cerca o Judiciário
mediante as corregedorias
locais e dos tribunais superiores
e do Conselho Nacional de
Justiça, que é, à margem
do contexto teórico do equilíbrio
constitucional, o único órgão
integrado por agentes
externos a exercer contínua e
rigorosa fiscalização do próprio
Poder”

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

02 FEV 2012

UM CONFLITO QUE VEM DE LONGE

● Conselho de Justiça e magistrados se desentendem desde 2005

A missão do CNJ

Criado pela reforma do Judiciário, em 2005, o Conselho Nacional de Justiça tem a missão de:

- 1 Controlar a atuação administrativa e financeira do Judiciário
- 2 Fazer o controle externo, via processos administrativos, contra juízes acusados de irregularidades

Realizações do Conselho

Em agosto de 2010, o ministro Gilson Dipp fez um balanço de dois anos do CNJ. Revelou que ele puniu 34 juízes, dos quais 18 aposentados compulsoriamente

Outros feitos do CNJ

Fiscalização de juízes e magistrados em todo o País levou a reações contra o conselho

- 1 Proibiu o nepotismo no Judiciário (contratação de parentes)
- 2 Criou multirões para avaliar a situação carcerária em presídios de todo o País

A nova crise



Nelson Calandra, desembargador do TJ paulista, ataca o CNJ por tentar controlar uso de carros por juízes. Em dezembro ele assume a Associação dos Magistrados (AMB)

2010

31/12/2010
ACB

2011

Em nota oficial do CNJ, presidente do órgão e do STF, Cezar Peluso, "repudia veementemente" as "acusações levianas" de Eliana Calmon

Sucessora de Gilson Dipp no posto, a corregedora do CNJ, Eliana Calmon, cria uma crise no Judiciário ao afirmar que há nesse poder um "corporativismo ideológico perigosíssimo" e "bandidos de toga"

Para conter a crise, Peluso adia julgamento de processo que reavalia poderes da corregedoria para investigar tribunais

AMB recorre ao Supremo contra ação da corregedoria do CNJ que iniciou investigação contra juízes e servidores do Judiciário nos Estados



Ministro Ricardo Lewandowski aceita pedido da AMB e suspende a investigação dos TJs estaduais

Ministro Marco Aurélio Mello, do STF, limita a atuação do CNJ; ele só pode entrar nos casos depois que os tribunais estaduais tiverem encerrado sua investigação

2012 15/1/12

Cezar Peluso rejeita recurso da AGU para que o CNJ fosse liberado para fazer as apurações

Estado revela que dados do Coaf mostram que 3.426 servidores do Judiciário movimentaram, de forma suspeita, R\$ 855,7 milhões entre 2000 e 2010

31/1/12

18/1/12

Procuradoria-Geral da República arquiva pedido de investigação contra Eliana Calmon, acusada de quebrar sigilo de juízes sem autorização da Justiça

Relatório do Coaf sobre movimentações atípicas de magistrados revelam que 205 comunicações foram encaminhadas à PF e ao Ministério Público antes do pedido da Corregedoria

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'O que mais se fala é a palavra crise', ironiza Temer

02 FEV 2012

Enquanto os ministros do Supremo adiam para hoje a decisão sobre o conflito entre magistrados e o Conselho Nacional de Justiça, a definição de uma nova troca ministerial – a nona do governo Dilma, em 13 meses – virou motivo de ironia para o presidente da República em exercício, Michel Temer.

Durante a sessão de abertura do ano judiciário, no plenário do STF, ele falou das sucessivas mudanças na Esplanada dos Ministérios, queixando-se do uso indiscriminado da palavra “crise” toda vez que alguém fala sobre as turbulências políticas no Planalto. “As pessoas usam palavras inadvertidamente, sem conceituá-las”, queixou-se o presidente em seu discurso.

“Veja, o que o mais se fala nos últimos tempos é a palavra crise. Tem crise no Judiciário, no Legislativo, no Executivo. É uma crise administrativa? Econômica? É uma crise política? Ou institucional, que é a mais grave das crises? As pessoas usam indiscriminadamente a palavra crise”, afirmou Temer. “Vejo isso muito no Executivo, quando um ou outro ministro sai. Meu caro, ministro sai, entra outro e o governo continua”, prosseguiu.

O comentário de Temer é feito no momento em que o governo anuncia a saída de Mário Negromonte do Ministério das Cidades – o ministro perdeu apoio da bancada do próprio partido, o PP, e foi rifado do cargo pela presidente Dilma Rousseff na última segunda-feira.

Dilma perdeu no ano passado seis ministros por conta de denúncias de irregularidades – o último a ser varrido do posto foi Carlos Lupi, do PDT, em dezembro. Além de Temer, participaram da sessão de abertura do ano judiciário os presidentes do STF, Cezar Peluso, da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-SP), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

02 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Definição de poderes do CNJ é adiada

Supremo suspende julgamento sem decidir se conselho pode investigar e processar magistrados antes das corregedorias locais

O julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) que delimitará o poder do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi suspenso ontem antes que os ministros decidissem a questão central da ação. Os ministros não decidiram se o CNJ pode abrir processos contra magistrados suspeitos de irregularidades, mesmo que não tenham sido investigados pelas corregedorias dos tribunais locais. A sessão será retomada hoje.

Os ministros julgam ponto a ponto os artigos da resolução do CNJ que padronizou o trâmite dos processos administrativos no Judiciário, cuja constitucionalidade foi contestada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Ontem, os ministros julgaram só três pontos da liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello em dezembro.

Na parte mais polêmica abordada, a AMB questionava um ponto que, segundo ela, permitiria que magistrados condenados em processos administrativos fossem aposentados compulsoriamente sem receber salário proporcional ao tempo trabalhado. Na liminar do fim do ano passado, Marco Aurélio afirmou que a resolução não previa a possibilidade de alterar o que é definido na Lei Orgânica da Magistratura: o magistrado aposentado compulsoriamente recebe subsídio proporcional. O entendimento foi referendado por unanimidade – ou seja, magistrados condenados vão continuar recebendo proporcionalmente ao tempo de serviço.

No mesmo sentido, a AMB

questionava um ponto da resolução do CNJ que ampliava a lista de penas para os magistrados condenados e permitia que eles fossem demitidos, sem que recebessem salário, o que está previsto na Lei de Abuso de Autoridade. Somente os ministros Carmen Lúcia e Joaquim Barbosa votaram por manter o texto do CNJ. Os demais entenderam que o conselho usurpou sua competência ao criar novas penas – o que só poderia ser feito por uma nova Lei Orgânica da Magistratura. "A resolução (nesse ponto) ultrapassou o poder constitucional do CNJ", disse o ministro Carlos Ayres Britto.

Hoje, os ministros decidirão a questão principal: se o CNJ pode abrir processos contra magistrados suspeitos de corrupção. Pelo prognóstico dos ministros, o STF deve garantir ao conselho o poder de investigar e processar magistrados suspeitos, mesmo sem terem sido processados pelas corregedorias locais.

Parte dos ministros, porém, entende que só corregedorias locais podem abrir processos contra magistrados. O CNJ atuaria de forma subsidiária e em casos específicos.

Mais ações. Mesmo que o STF garanta que o Conselho pode abrir investigação contra os magistrados, o CNJ enfrentará mais dois processos que podem limitar seus poderes. No primeiro, o STF decidirá se o CNJ poderia investigar magistrados tendo como base folhas de pagamentos, declarações de bens e rendas e movimentações bancárias atípicas identificadas pelo Conselho de Controle de Atividade Financeira (Coaf).

Na segunda ação, o STF decidirá se o CNJ pode pedir dados sigilosos do Banco Central e da Receita Federal para instruir processos contra magistrados.

'Constituição diz que conselho pode abrir investigação'

● "Que bom que ele (ministro Cezar Peluso) pense assim, que a questão não é discutir a necessidade do controle (do Judiciário) porque isso já está aí, expresso no texto constitucional", disse o presidente da Associação Juizes para a Democracia, José Henrique Rodrigues Torres.

"Impossível negar. As associações de juizes que reagiram contra a competência do CNJ, até elas, reconhecem que o Conselho tem competência correccional e disciplinar." Para Torres, resta definir se a competência do CNJ é subsidiária ou originária.

"O CNJ pode instaurar procedimentos, fazer inspeções e correções diretamente? Ou está obrigado a aguardar a manifestação das corregedorias locais? Ele acentua que "a Constituição, no artigo 103, e a vontade que inspirou a criação do conselho claramente definem que ele (CNJ) pode abrir investigação". "O encasnelamento do Judiciário e práticas não democráticas é que nos levam ao descrédito."

02 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Marcus Faver, presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunal de Justiça

'Órgão nasceu da omissão dos tribunais'



Regra. 'Não pode ter dois órgãos com a mesma competência'

Ex-membro do conselho diz que 'vender férias é aberração'; mas avisa que dois órgãos não podem ter a mesma competência

"Todos têm ligação, um com o outro, então há uma tendência corporativista nefasta de não efetuar adequadamente a correção", admite Marcus Faver, presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunal de Justiça. "Foi daí que nasceu o CNJ, da omissão dos tribunais em punir os seus pares."

Faver, de 72 anos, desembargador aposentado pelo TJ do Rio, presidiu a corte entre 2001 e 2002 e também o Tribunal Regional Eleitoral fluminense de 2003 a 2004. Fez parte da primeira composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ele condena expediente que se tornou rotina em quase todos os tribunais - magistrados ganham muito com venda de férias. "Juiz vender férias é aberração, alguns governantes precisam ter coragem para colocar critérios mais rígidos nas prerrogativas de todos os servidores, inclusive do Judiciário."

● O sr. é contra a competência

do CNJ para investigar desembargadores?

É preciso definir se a competência do CNJ para o processo disciplinar é originária ou derivada. A competência do CNJ não pode ser concorrente com as corregedorias (dos Tribunais de Justiça dos Estados). A regra de direito diz isso. Não pode ter dois órgãos com a mesma competência ao mesmo tempo.

● Qual o problema?

Isso permitirá a uma pessoa que ajuíze uma mesma reclamação, ao mesmo tempo, num lado e noutro. Vai escolher, a seu critério, qual o órgão que achar melhor, mais rigoroso, ou o que vai dar decisão menos grave em sua avaliação.

● O sr. acredita mesmo na imparcialidade das corregedorias?

O que pesa nisso tudo é a fiscalização nos tribunais sobre desembargadores. É muito difícil cortar na própria carne, em qualquer profissão. Por isso se imaginou um órgão superior com independência, fora das instituições, capaz de julgar os desembargadores.

● O corporativismo prevalece nos tribunais?

Quando se chega no tribunal surge a dificuldade de fazer apuração ou apenar os colegas. Foi daí que nasceu o CNJ, da omissão dos tribunais em punir os seus pares. Desembargadores investigados por infrações com proteção dos colegas, uma atitude corporativista negativa.

● Quem deve investigar desembargador?

O CNJ deveria se limitar em competência originária apenas com relação aos desembargadores e deixar todo o resto para as corregedorias locais. Daria solução adequada e acabava com o problema. O CNJ é órgão administrativo, não é órgão judicial. Não pode quebrar sigilo bancário. Há que se estabelecer com muita segurança que o CNJ não é órgão judicial, mas administrativo. Ajudei a elaborar o regimento interno. Ele não prevê que o CNJ pode quebrar sigilo. Depende de autorização judicial. O CNJ não funciona como juiz. O regimento foi alterado depois, mas não pode permitir que o CNJ quebre sigilo. Seria ilegalidade manifesta.

02 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO A falta de juízes

Uma das explicações para a lentidão da tramitação das ações e a morosidade na execução das sentenças é a falta de juízes em número suficiente para dar conta do aumento do número de processos. Esse problema é mais grave na primeira instância das Justiças estaduais, que recebem anualmente cerca de 18 milhões de novas ações.

Segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em pelo menos 12 Estados os Tribunais de Justiça não têm conseguido preencher as vagas dos juízes que se aposentam. Os presidentes dessas cortes alegam que não dispõem dos recursos necessários para a realização de concursos anuais para a seleção de novos magistrados. Alguns presidentes também lembram que, quando há alguma sobra orçamentária, nem sempre podem selecionar novos juízes, pois sua efetivação aumenta as despesas de custeio e as cortes já estão próximas do limite de 6% que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece para os gastos do Judiciário com folha de pagamento. Isso geralmente acontece quando a direção do tribunal dá preferência ao aumento de salários, em detrimento do atendimento dos cidadãos que procuram a Justiça.

No Tribunal de Justiça de São Paulo, o maior do País, com 1,9 mil juízes, será feito concurso para preencher 193 vagas de juiz substituto de 1.º grau. No Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, há 550

magistrados na ativa e 110 vagas não preenchidas. No Rio de Janeiro, onde o último concurso foi realizado em 2008, há 184 vagas. Em Pernambuco, há cerca de 150 vagas disponíveis e no Pará, 146.

O problema não se restringe às Justiças estaduais. No Juízo Especial Federal da 3.ª Região, com jurisdição sobre São Paulo e Mato Grosso do Sul, há 25 vagas de juiz titular e 25 de juiz substituto. Segundo o CNJ, há 1.076 cargos de juiz titular e juiz substituto não preenchidos em todo o País.

Além das restrições orçamentárias, os dirigentes das

Os tribunais de muitos Estados não conseguem preencher vagas de juízes que se aposentam

Justiças estaduais afirmam que, quando os concursos são finalmente promovidos, parte das vagas oferecidas acaba não sendo preenchida por causa do baixo nível técnico da maioria dos candidatos. No último concurso do Tribunal de Justiça de Goiás, o índice de reprovação foi tão alto que 50 vagas não puderam ser preenchidas por falta de candidatos habilitados. Em seu último concurso, o TJRJ ofereceu 50 vagas - e, dos 2.303 candidatos inscritos, só 3 chegaram à penúltima fase.

Em média, os juízes em começo de carreira recebem salários de R\$ 19,6 mil, além dos benefícios e vantagens funcionais. Como há mais de 1,1 mil faculdades de direito no País e a oferta de bacharéis no mercado é muito

maior do que a demanda por seus serviços, o alto salário da magistratura acaba atraindo milhares de advogados recém-formados para os concursos. Mas, segundo os especialistas, só consegue passar quem teve pelo menos três anos de preparação em cursos especializados.

O problema gerado pelas restrições orçamentárias para a realização de concursos para a magistratura e pela falta de qualificação dos candidatos está criando um círculo vicioso em alguns tribunais. Como não há juízes em número suficiente, os que estão na ativa acabam assumindo duas ou até três comarcas, recebendo adicionais e outras vantagens financeiras. Isso os leva a ganhar acima do teto fixado pela Constituição, que é de R\$ 26,7 mil. "Estamos diante de uma escolha de Sofia: ou você paga ao juiz para acumular funções ou deixa o juiz sem juiz", diz o presidente do TJRJ, desembargador Manoel Alberto Rebelo dos Santos.

Por isso, alguns juízes de primeira instância não teriam interesse na realização de concursos, uma vez que perderão dinheiro se deixarem de acumular comarcas. O mesmo ocorre na segunda instância, pois a prerrogativa de escolher quem irá acumular comarcas aumenta o poder de alguns dirigentes dos Tribunais de Justiça. Assim, o rigor excessivo das provas de seleção e o consequente não preenchimento de todas as vagas disponíveis acabam sendo convenientes para juízes e desembargadores. Cabe ao CNJ avaliar a extensão do problema e propor soluções para o caso.

02 FEV 2012

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

TJ quer aprender com a justiça chinesa

Na China, quando alguém é condenado à morte — por ter, por exemplo, contestado o regime — a família do morto é obrigada a indenizar o Estado pelo gasto com a bala que lhe foi disparada na nuca. Esta é uma das facetas mais conhecidas sobre como funciona o sistema judiciário chinês desde Mao Tsé Tung — sem contar, claro, o fato de o país não ser exatamente reconhecido como paradigma quando se trata de respeitar os direitos humanos e as liberdades.

Por isso, à primeira vista soa estranha a iniciativa do Tribunal de Justiça do Paraná de organizar uma comitiva de 16 desembargadores para conhecer, em março próximo, o sistema judiciário chinês e incrementar o intercâmbio entre as instituições. O presidente do TJ, desembargador Miguel Kfourí Neto, procura desfazer a estranheza. Em explicação encaminhada à coluna por meio de sua assessoria de imprensa, diz que a viagem se justifica pelo crescimento que se dá atualmente nas relações comerciais e empresariais entre Brasil e China. Com isso, no entendimento de Kfourí Neto, passa a se tornar cada vez mais essencial o recíproco aprendizado dos respectivos sistemas judiciários, nos quais podem desembocar eventuais demandas entre as partes. Um protocolo de intenções entre o Judiciário paranaense e o Tribunal Popular da Província de Jiangsu foi firmado em outubro do ano passado.

De qualquer modo a polêmica está instalada dentro do próprio tribunal. Tudo começou quando o desembargador José Maurício Pinto de Almeida, ao tomar conhecimento do projeto da viagem, endereçou carta ao presidente Kfourí Neto manifes-

tando sua preocupação e pedindo-lhe esclarecimentos. A carta, distribuída a todos os 120 desembargadores, questionava o fato de a viagem provocar a ausência simultânea, por 15 dias, de 15% do quadro de magistrados. Mais: perguntava também sobre se o TJ arcaria com as despesas e com o pagamento de diárias. E, por fim, indagava sobre o interesse público da iniciativa e manifestava o temor de que a excursão pudesse contribuir para o agravamento das críticas de que o Poder Judiciário brasileiro vem sendo alvo nos últimos tempos.

Kfourí respondeu a Pinto de Almeida também mediante carta aberta a todos os desembargadores. Informou que a viagem deve ser vista como uma retribuição à visita que juízes chineses fizeram ao TJ no ano passado e que as despesas correrão às custas pessoais de cada participante da comitiva. Informa que a maioria dos integrantes já inscritos estará em gozo de férias durante o período. E diz mais: "Quanto às críticas — ou ao momento delicado vivenciado pelo Judiciário brasileiro — todos cuidamos de manter conduta escorreita, não damos motivos a comentários desairosos e não devemos pautar nossas ações pelo receio de vitupérios sem qualquer fundamento".

A coluna aguardou até 20h30 de ontem esclarecimentos suplementares que o presidente do tribunal, segundo sua assessoria de imprensa, pretendia endereçar.

Procurado pela coluna, o desembargador José Maurício Pinto de Almeida preferiu não comentar a polêmica. "Por se tratar de assunto interno desta corte, nada tenho a acrescentar às respostas do desembargador Miguel Kfourí Neto e também às palavras que a ele dirigi."

GAZETA DO POVO

02 FEV 2012

PALESTRA

Ensaio e discurso sobre a
interpretação/aplicação
do Direito

- DATA: 6 de fevereiro (às 19 horas).
- PALESTRANTE: Eros Roberto Grau.
- LOCAL: auditório Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná. Praça Nossa Senhora da Salete – Centro Cívico.
- INFORMAÇÕES: (41) 3254-6500 ou www.emap.com.br

GAZETA DO POVO

BESSA

02 FEV 2012

ZAPEANDO

A juíza Denise Krüger Pereira toma posse no cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça hoje, às 17h30, na Sala Desembargador Clotário Portugal.

GAZETA DO POVO

Carlos Simões paga fiança e é solto

02 FEV 2012

O ex-deputado estadual Carlos Simões deixou ontem a prisão no Centro de Triagem II, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. A família fez o pagamento da fiança de R\$ 93,3 mil e o juiz César Maranhão de Loyola Furtado, da 9.ª Vara Criminal de Curitiba, concedeu o alvará de soltura ao ex-parlamentar.

Simões estava preso havia seis dias porque a Justiça não conseguiu encontrá-lo nos endereços citados em uma ação penal de peculato envolvendo a Assembleia Legislativa do Paraná, no caso que ficou conhecido como esquema gafanhoto. Simões terá que comparecer todo mês em juízo.

Carlos Simões teve a prisão preventiva decretada por ser suspeito de envolvimento no escândalo dos gafanhotos. A intenção da Justiça ao determinar a prisão dele era ouvir sua defesa. O processo está parado há mais de dois anos.

O esquema gafanhoto funcionou entre os anos de 2001 e 2004 e contava com a participação de funcionários de deputados estaduais, que autorizavam que seus salários fossem depositados em apenas uma conta. Em alguns casos, o titular da conta era o próprio deputado ou parente dele e os funcionários que recebiam o salário, em algumas situações, não trabalhavam na Assembleia.

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

02 FEV 2012

Início do julgamento da ação contra o CNJ indica racha no STF

Com a possibilidade de um novo racha entre os ministros, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou hoje o julgamento sobre o alcance dos poderes de investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Três pontos da ação foram julgados ontem. Dentre os sete ainda não avaliados estão os tópicos mais polêmicos, que tratam da prerrogativa do CNJ de apurar denúncias de desvios cometidos por juízes.

O julgamento abrange a liminar concedida parcialmente em dezembro pelo ministro Marco Aurélio Mello a respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) n.º 1.638, movida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Os demais ministros vão decidir se referendam ou não a interpretação de Marco Aurélio, que dá às corregedorias locais autonomia sobre as investigações. Qualquer decisão, no entanto, ainda pode ser alterada posteriormente, durante análise do mérito da Adin.

A AMB questiona na ação parte dos dispositivos da Resolução 135 do CNJ, que uniformiza as normas de fiscalização dos magistrados. Dos pontos avaliados pelo STF ontem, apenas um foi considerado inconstitucional. O tópico estabelecia que os juízes podem receber penas previstas na Lei de Abuso de Autoridade (4.898/65), desde que elas não sejam incompatíveis com a Lei Orgânica da Magistratura (Loman).

Nove dos 11 ministros seguiram o voto de Marco Aurélio e determinaram que só as penas previstas na Loman podem ser aplicadas a magistrados. Dos dois pontos considerados constitucionais, um estabelece que o CNJ é considerado um "tribunal" e o outro define a aposentadoria compulsória como uma pena disciplinar. As três decisões seguiram a orientação de Marco Aurélio.

Durante a discussão desses itens, vários ministros deram sinais de como devem se comportar na votação do ponto mais relevante do julgamento. "A Constituição não autoriza o CNJ a suprimir a independência dos tribunais, transformando-os em órgãos automáticos", disse Marco Aurélio.

Na mesma linha, o presidente do STF, Cezar Peluso, declarou que é natural que o conselho possa investigar outros tribunais. "Outra coisa é afirmar que, mediante resolução, [o CNJ] tem condições de ditar o funcionamento dos tribunais", afirmou Peluso.

No começo do julgamento, o advogado da AMB, Alberto Pavie Ribeiro, chegou a dizer que a eventual procedência da Adin não impedirá o CNJ de investigar qualquer magistrado. A principal defesa da ação seria o direito dos tribunais estaduais à autorregulamentação. Ribeiro disse que o conselho pode começar a funcionar como um "super" órgão, com poder para atuar sem critério definido.

Do outro lado, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Procuradoria-Geral da República e a Advocacia-Geral da União se pronunciaram pela improcedência da Adin. Já o ministro Ayres Britto disse que a perda de autonomia do CNJ vai transformá-lo em um órgão "meramente administrativo". "Só que ele é um órgão hibridamente administrativo e político", reforçou.

Britto, Carmen Lúcia, Joaquim Barbosa, José Antônio Dias Toffoli e Gilmar Mendes tendem a votar pela manutenção dos poderes do conselho. Do outro lado, devem ficar Marco Aurélio, Peluso, Celso de Melo, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski. A ministra mais imprevisível é Rosa Weber, que estreou ontem no STF.

CONTINUA

02 FEV 2012 GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO Peluso diz não ver crise na Justiça

COLUNA DOS LEITORES

No discurso de abertura do ano Judiciário, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, negou que a Justiça esteja em crise e afirmou que estimular ou criar uma crise no Judiciário seria suicídio. Ele rebateu as afirmações de que os magistrados, por interesses corporativos, estariam tentando esvaziar os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, com isso, inviabilizar punições a juízes suspeitos de corrupção.

"No debate apaixonado em que se converteu questão jurídica submetida ao Juízo desta corte, acerca do alcance e limites das competências constitucionais do CNJ, perde-se de vista que seu âmago não está em discutir a necessidade de punição de abusos, mas apenas em saber que órgão ou órgãos deve puni-los. Entre uma e outra coisas val uma distância considerável", afirmou. O julgamento da competência do CNJ de investigar magistrados suspeitos começou a ser julgada ontem pelo Supremo.

"Temos ouvido, com surpresa, que o Poder Judiciário está em crise. Os mals alarmistas não excepcionam sequer os outros dois poderes da República. Confesso que, alheio ao hábito da só visão catastrófica dos homens e das coisas, não é assim que percebo o país, nem o Poder Judiciário", afirmou.

PINGA-FOGO

"É claro o poder de controle do CNJ das atividades do Judiciário. Nos precisamos garantir a existência do trabalho de controle e de fiscalização do CNJ."

Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados, afirmando que os poderes do Conselho Nacional de Justiça de controlar o Judiciário são claros na legislação.

CNJ no STF 1

O Poder Judiciário é um poder da sociedade, não dos juízes, que, inobstante a dignidade e importância da função, devem se submeter à ordem constitucional com ênfase na supremacia dos brasileiros, da sociedade. A fiscalização de todos os Poderes deve ser ampla, nunca deve ser limitada, sempre aprimorada. Está na hora de separar o bom e clássico juiz de Direito daqueles que não observam as vicissitudes do cargo, até porque a imprensa tem mostrado que estes são uma minoria, mas existem e têm causado muito dano social.

Fernando Motta

CNJ no STF 2

Os homens do Judiciário às vezes se colocam acima de Deus. Aqueles que usam e abusam do suado dinheiro pago pelo povo sentem-se ofendidos quando cobrados. A população confia no Poder, mas é nos homens que lá estão? Não é o povo que os coloca lá.

Nilson Teixeira de Lima

CNJ no STF 1

É deve investigar, pode ter certeza que tem pessoas corruptas.

Mara Gabardo, via Facebook, sobre CNJ investigar dois de cada três corregedores de Justiça.

CNJ no STF 2

É quem investiga a corregedora do CNJ? Deviam começar colocando ordem na própria casa, impedindo declarações irresponsáveis por parte de seus membros!

Mi Tomimori

CNJ no STF 3

Limitar a atuação do CNJ é calar o povo brasileiro. Quem não deve não teme!

Ana Amélia

Rede lança campanha contra violência infantil

A Rede Não Bata Eduque lançou uma nova campanha nacional com o objetivo de mostrar que bater em criança não é um instrumento pedagógico, e sim uma ameaça ao desenvolvimento infantil. A campanha será veiculada em tevês, rádios, busdoor, folders e cartazes por todo o país.

Segundo a rede, não há qualquer pesquisa científica que comprove efeitos positivos do uso de castigos físicos contra crianças e adolescentes. Porém, há centenas de pesquisas que provam que bater, xingar, menosprezar, entre outras atitudes violentas, causam danos ao desenvolvimento físico e psíquico. A Rede Não Bata Eduque está buscando parcerias para a veiculação das peças da campanha.

O busdoor está sendo divulgado nas seguintes cidades: Belém, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. As peças podem ser conhecidas pelo site www.naobataeduque.org.br/participe/campanha.

PARANAGUÁ

Combate à exploração sexual

Em Paranaguá, a comunicação se tornou a principal forma de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Desde 2006, a organização não governamental Ciranda executa na cidade o projeto Navegando nos Direitos, que usa a produção de vídeos e jornais para discutir esta violação de direitos humanos, agravada em função do porto.

Quem faz os materiais são os próprios estudantes do município, após oficinas de comunicação e formação em direitos humanos. Em 2011, os garotos e as garotas conseguiram mobilizar caminha-

neiros – que passaram de vilões a aliados – e fizeram uma carreta pela cidade. Eles fizeram também intervenções na Expo Safra, maior feira da cidade, e elaboraram um vídeo, com entrevistas e debates com os participantes do evento. As ações atingem todos os anos, em média, 5 mil pessoas, além de cerca de 200 estudantes. "O maior ganho foi a abertura de um espaço para diálogo. São jovens falando sobre temas que, às vezes, os próprios adultos têm dificuldade, como os direitos sexuais", explica Lucimeire Martins, gestora do Navegando nos Direitos.

COLUNA DO LEITOR

Recadastramento eleitoral

Penso que o Tribunal Regional Eleitoral não deve se preocupar com aquelas que não procuraram o órgão para seu recadastramento. Como essas pessoas deverão sofrer na própria pele os impedimentos que lhe serão impostos quando forem, por exemplo, tirar passaporte, CPF, participar de concursos públicos ou obter empréstimos em bancos oficiais, aí vão procurar com urgência o tribunal. Penso, também, que o processo eleitoral será muito mais tranquilo e, com certeza absoluta, estão afastadas de uma vez por todas possíveis ações fraudadoras em urnas eleitorais.

Carlos Alberto Schnekenberg

02 FEV 2012

GAZETA DO POVO

O CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS

Após série de reportagens publicada semana passada por esta Gazeta, que mostrava artimanhas usadas nas câmaras municipais visando sobretudo a engordar os salários de vereadores, o Tribunal de Contas do Paraná reconheceu suas limitações para exercer com eficiência e eficácia seu papel de fiscal e de coibir as irregularidades. Ao mesmo tempo, anunciou sua intenção de criar um site na internet que possibilitará à população não só acompanhar os gastos dos órgãos públicos estaduais e municipais como também de registrar suspeitas e denúncias.

Qualquer iniciativa que contribua para ampliar a transparência dos atos públicos é sempre bem-vinda e elogiável. Entretanto, é conveniente também lembrar que tal providência nunca poderá ser encarada como uma panaceia, um remédio milagroso para combater com sucesso a epidêmica corrupção que, lamentavelmente, permeia a administração pública no país em variados graus e em todas as esferas. Dados do próprio Tribunal de Contas comprovam essa realidade.

De fato, segundo revela um de seus diretores, a Corte paranaense dispõe de exíguo quadro de funcionários — não mais do que 65 técnicos especializados — para fiscalizar nada menos que 1.300 órgãos públicos estaduais e municipais. É por essa razão, assevera o mesmo diretor, que nada menos de 3 mil processos encontram-se paralisados, sem condições de análise e tomada de providências cabíveis. Logo, grande parte dos problemas apontados pela série de reportagens desse jornal se deve menos ao conhecimento de possíveis irregularidades e mais à deficiência do TC em dar-lhes rápido esclarecimento e o devido encaminhamento legal. Para se ter ideia ainda melhor do cenário: das 399 câmaras municipais do Paraná, apenas 30 tiveram suas contas inspecionadas *in loco* no decurso de 2011.

A total transparência e em tempo real das despesas públicas que o Tribunal de Contas propõe pode ter, sim, efeitos benéficos, no sentido de despertar maior responsabilidade dos agentes públicos, que ficarão mais sujeitos aos olhos críticos da população. Todavia essa providência não garante que aqueles mandatários ou servidores venham a ser alcançados pelas malhas da lei. Ao contrário, o eventual aumento de denúncias que o sistema poderá propiciar, apenas fará elevar o índice de casos insolúveis e o crescimento da sensação de impunidade.

Isso não significa que o Tribunal de Contas não deva colocar em prática o projeto de ampliar o acesso da sociedade às informações. Muito pelo contrário, é desejável que tal se dê em escala cada vez maior. Entretanto, será de se lamentar se os órgãos de fiscalização — e neste caso, além da Corte de Contas, incluía-se também o Ministério Público — não se aparelharem devidamente para dar efetividade às obrigações que lhes competem.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME 02 FEV 2012

Mais de 600 nomeações no Judiciário

Na última sexta-feira, o presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Miguel Kfoury Neto, assinou decretos de nomeação de 610 bacharéis em Direito, que exercerão o cargo de assistente de juiz e de desembargador. São as primeiras nomeações de um total de 787 cargos criados por lei estadual aprovada pelo Legislativo no final de 2011.

02 FEV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Simões é liberado após pagar fiança de R\$ 93 mil

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - Depois de seis dias preso, o ex-deputado estadual Carlos Simões foi liberado ontem do Centro de Triagem II, no Complexo Penitenciário de Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba), após pagar fiança de R\$ 93,3 mil. Ele saiu do local próximo das 19 horas, de acordo com o advogado de defesa, Rodrigo Lichtenfels. A prisão havia sido decretada pela Justiça porque Simões não era encontrado nos endereços informados no processo ao qual responde pelo seu suposto envolvimento em desvio de di-

nheiro público dos cofres da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, no caso que ficou conhecido como Esquema dos Gafanhotos.

O alvará de soltura foi concedido ontem, após a defesa conseguir a revogação da prisão do ex-deputado, o que aconteceu na última terça-feira. No dia, a família de Simões não conseguiu efetuar o saque do dinheiro a tempo e, por isso, ele permaneceu mais um dia preso. Além de pagar fiança, Simões vai ter que comparecer em juízo uma vez por mês a partir de agora, de acordo com decisão judicial que possibilitou a soltura do ex-parlamentar.

MAZZA

Bomba

Está para estourar a qualquer momento, na Justiça Eleitoral, o depoimento bomba de Rodrigo Oriente no caso do caixa dois de Beto Richa-Luclano Ducci com aquela turma de dissidentes do PRTB. Houve "perda de objeto" na ação contra Beto Richa, mas o enquadramento do Ducci continua.

MAZZA

Imprensa Oficial

Ministério Público estaria apurando superfaturamento na Imprensa Oficial ocorrido no período de direção de Nelson Pessuti e João Formighieri. Fornecedores se valeram da condição de testemunha sob proteção legal para falar e instruir a ação do MP.

02 FEV 2012

FOLHA DE LONDRINA

STF suspende julgamento sobre poderes do CNJ

São Paulo - O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem o julgamento da ação que esvazia poderes de investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O pedido, feito pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), tenta validar a tese de que o CNJ só pode investigar magistrados após processo nas corregedorias dos tribunais estaduais. Único a votar durante a sessão de hoje, o ministro Marco Aurélio Mello manteve a decisão com relação à liminar que havia concedido em dezembro passado e foi favorável à ação da AMB. A competência do CNJ, de acordo com o ministro, é subsidiária. A decisão sobre a liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio continuará na sessão de hoje.

FOLHA DE LONDRINA

Álcool e jovens

A penalização de pais e proprietários de estabelecimentos comerciais é imprescindível

02 FEV 2012

O alcoolismo pode ser considerado um dos principais problemas de saúde pública do mundo. Especialistas afirmam que o número de dependentes tem aumentado no Brasil, mas o problema é que o consumo tem sido iniciado cada vez mais cedo, como mostrou reportagem desta FOLHA. Levantamento nacional sobre os padrões de consumo de álcool da população brasileira, realizado pela Secretaria Nacional Antidrogas, aponta que o uso de álcool começa, em média, com 13,9 anos, enquanto o início do uso regular é iniciado aos 14,6 anos. É um intervalo muito pequeno entre o primeiro gole e o consumo constante.

No entanto, o problema sobre a ingestão de álcool são as consequências. Estatísticas apontam que o alcoolismo é responsável por quase 75% dos acidentes de trânsito com mortes, 39% das ocorrências policiais e 40% das consultas psiquiátricas. Além disso, a substância pode provocar doenças como cirrose hepática, agravar problemas gástricos, entre outras enfermidades. Estatística da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas aponta que cerca de 19 milhões de brasileiros são dependentes do álcool, enquanto os jovens de 14 a 17 anos são responsáveis por 6% de todo o con-

sumo anual do País.

Socialmente aceito pelos brasileiros, é triste a constatação de que o consumo tem sido iniciado cada vez mais cedo, até mesmo por crianças. Pesquisa do Centro Brasileiro de Drogas Psi-

coltrópicas apontou que 65,2% dos estudantes com mais de 10 anos dos ensinos Fundamental e Médio, de 27 capitais brasileiras, experimentaram álcool. Desse total, 11,7% bebem seis ou mais vezes no mês. É uma porcentagem muito alta que não pode passar despercebida. É dever dos pais impedir a ingestão de bebidas alcoólicas e acompanhar de perto a vida social de seus filhos.

Além disso, é preciso investir em educação. Campanhas educativas, inclusive entre crianças, devem ser intensificadas. Basicamente a educação é a solução para a maioria dos problemas comportamentais e que acarretam em acidentes e violência. Outro fator de grande relevância é a fiscalização. Não é novidade que bares, lanchonetes e até supermercados vendem bebidas alcoólicas para menores de idade. Por isso, a penalização é imprescindível. Responsabilização criminal dos pais e proprietários de estabelecimentos comerciais, assim como multas, são alguns dos fatores que podem coibir o consumo de bebidas alcoólicas.

FOLHA DE S. PAULO

Peluso nega crise

e diz que juiz não pode ceder a pressão

02 FEV 2012

'Debate é resultado de progressos do Judiciário, não de deficiências', afirmou

Judiciário tem de resistir à pressão da maioria, diz ministro do STF

Em discurso na abertura do ano do Judiciário, o presidente do STF, Cezar Peluso, negou crise no Poder e afirmou que os juizes não podem ceder a pressões.

Sua fala ocorre em meio a uma polêmica sobre privilégios e irregularidades que envolvem magistrados.

Poucas horas depois do discurso, o STF começou a julgar medida que limitou a atuação do CNJ.

STF começou a analisar ontem a decisão que limita os poderes de investigação do CNJ; resultado pode sair hoje

Em discurso na abertura oficial do ano do Judiciário, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, negou que haja uma crise no Poder e afirmou que os juizes não podem ceder a pressões.

"O debate atual é o resultado dos progressos obtidos pelo Judiciário, e não o sintoma de crise ou deficiência do sistema", disse Peluso.

A fala do presidente do STF ocorre em meio a uma polêmica sobre privilégios e irregularidades envolvendo magistrados e os limites do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), órgão de fiscalização e controle externo do Poder.

Poucas horas depois do discurso, o Supremo começou a analisar uma decisão provisória, tomada pelo ministro Marco Aurélio Mello, que limitou a atuação do CNJ. O julgamento foi suspenso ontem e será retomado hoje.

Peluso, que também preside o CNJ, é um dos ministros que defendem a limitação da atuação do Conselho. No entender dele, as corregedorias estaduais deveriam investigar magistrados — só depois disso o CNJ seria acionado.

No discurso, Peluso criticou, de modo indireto, a polêmica em torno do assunto.

"Tarefas de fiscalização chamam mais a atenção da sociedade que a atribuição administrativa e de coordenação que tem o CNJ, que é muito importante", afirmou.

"O povo confia no Judiciário brasileiro. Se não confiasse, não acorreria ao Judiciário em escala tão descomunal. E tem razões de sobra para confiar neste que é o melhor Judiciário que já teve o país", completou.

PRESSÕES

Peluso disse ainda que as pressões contra magistrados são manifestações de "autoritarismo" e "desrespeito à convivência democrática".

"O papel dito antimajoritário ou contramajoritário, em especial das cortes constitucionais, não significa apenas dever de tutelar direitos das minorias perante o risco de opressão da maioria, mas também de enfrentar, não críticas ditadas pelo interesse público, mas pressões impróprias tendentes a constranger juizes e ministros", disse.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O ministro citou como exemplo de pressão a decisão do STF, de maio de 2011, que reconheceu as uniões homoafetivas. Ele afirmou que, naquele momento, "metade da população brasileira" era contra esse posicionamento.

Neste momento, entidades como a OAB têm feito pressão para que o Supremo não limite os poderes do CNJ.

Para o ministro, somente uma "nação suicida" seria capaz de questionar voluntariamente as ações do Judiciário. "Esse caminho nefasto conduziria a uma situação inconcebível de quebra da autoridade ética e jurídica das decisões judiciais", ressaltou.

Iniciado ontem, o julgamento sobre a atuação do CNJ provocou intenso debate no plenário, que está rachado. Os ministros discutiram apenas questões laterais.

O debate deve ser concluído hoje, com um voto intermediário, que deve estabelecer algumas regras e prazos para a atuação do CNJ. A tendência é o tribunal anular a liminar que esvaziou os poderes de investigação.

Os atritos entre setores do Judiciário e o CNJ se acentuaram no final do ano passado, quando a corregedora do conselho, Eliana Calmon, lançou apuração sobre a vida financeira de juízes, desembargadores e servidores.

A AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), que entrou com a ação agora em análise no STF, tenta fazer valer a tese de que o CNJ só pode investigar magistrados depois de processos nas corregedorias estaduais.

02 FEV 2012

“O debate atual é o resultado dos progressos obtidos pelo Judiciário, e não o sintoma de crise ou deficiência do sistema

O povo confia no Judiciário brasileiro

CEZAR PELUSO
presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

PAÍNEL

Veja bem Observação de quem assistia ao julgamento sobre os limites da atuação do CNJ: ao suspender a sessão, Cezar Peluso garantiu destaque para sua declaração de que não há crise no Judiciário. Para registro: pela lei, o presidente o Supremo precisava interromper os trabalhos de modo a permitir que o TSE realizasse sua primeira sessão de 2012.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CRISE NO JUDICIÁRIO

Procuradoria-Geral da República arquivou pedido de investigação sobre quebra de sigilo

02 FEV 2012

DIVERGÊNCIA

CRÍTICAS

Em 2011, o poder de investigação do CNJ foi foco de atrito entre a corregedora e o presidente do conselho

“ A magistratura [...] está com gravíssimos problemas de infiltração de bandidos que estão escondidos atrás da toga

Eliana Calmon, corregedora do CNJ, em 26.set.11



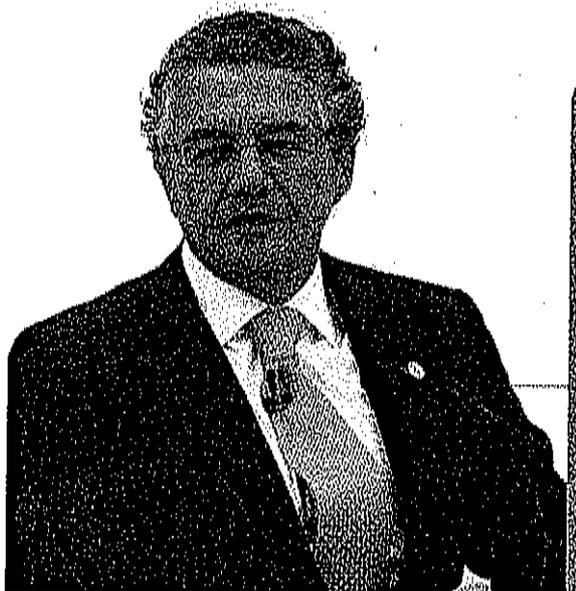
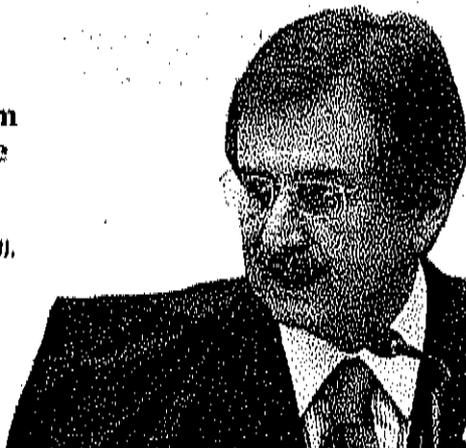
AS INVESTIGAÇÕES

FORÇA-TAREFA

Em dezembro, o CNJ ordenou inspeções em tribunais de 22 Estados. Liminares do STF limitaram a ação do conselho

“ O CNJ repudia acusações levianas que, sem identificar pessoas, lançam, sem prova, dúvidas sobre a honra de juízes

CEZAR PELUSO, presidente do CNJ, ao ler nota em 27.set.11



QUESTIONAMENTO

> A AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), que entrou com ação em análise no STF, tenta fazer valer a tese de que o CNJ só pode investigar magistrados após processo nas corregedorias estaduais. O ministro Marco Aurelio concedeu liminar acatando o pedido

> Já os defensores do CNJ dizem que as corregedorias estaduais são ineficientes e que o conselho pode fazer investigações em paralelo

FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

Pressões e democracia

02 FEV 2012

BRASILIA - O presidente do Supremo, Cezar Peluso, tem razão ao criticar "pressões impróprias tendentes a constranger juízes e ministros a adotarem interpretações que lhes repugnam à consciência". Mas será que defender o CNJ original caracteriza "pressões impróprias"? E será que "pressões são manifestação de autoritarismo e desrespeito à convivência democrática"?

O que está em votação é se o CNJ tem poderes para iniciar investigações sobre juízes e aplicar-lhes penas, ou deve contentar-se em ratificar as decisões das corregedorias regionais, que ficam ali, lado a lado, olho no olho, com o juiz suspeito?

O debate é alimentado pelo borbulhão de "novidades" que surgem do Judiciário desde que a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) decidiu questionar e desidratar o CNJ. São supersalários, liberações de quantias bilionárias em tempo recorde e vantagens indevidas transformadas em "direitos" por atos administrativos. Sem contar o principal e mais constrangedor: o comércio de sentenças.

É óbvio que isso não significa que o Judiciário seja corrupto, mas que é exercido por pessoas e que uma minoria ameaça contaminar a imagem do todo. Logo, são as práticas em geral e os juízes suspeitos em particular que devem ser investigados e punidos por um órgão independente.

Parece tão simples que as posições estão desequilibradas. De um lado, isolados, AMB e boa parte dos juízes —incluindo, curiosamente, alguns honestos e dignos— acham um absurdo o sistema ser investigado. De outro, fica todo o resto: advogados, políticos, formadores de opinião, entidades as mais diversas e, claro, muitos juízes e funcionários do Judiciário que exigem transparência.

Não há nisso nenhuma "pressão imprópria" nem "manifestação de autoritarismo". Ao contrário, trata-se de um movimento profundamente democrático para que ninguém aja —nem se sinta— acima da Justiça.

02 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Ministério Público arquiva ação contra presidente da OAB

DE BELÉM - O Ministério Público do Pará e o Ministério Público Federal no Estado arquivaram pedido de investigação contra o presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ophir Cavalcante.

No final do ano passado, um grupo de advogados paraenses apresentou representações apontando que Cavalcante obteve irregularmente uma licença remunerada do cargo de procurador do Pará para exercer a presidência da OAB.

Ambas afirmam que a licença remunerada obtida por Cavalcante é legal.

O presidente da OAB vinha afirmando que as suspeitas levantadas contra ele eram uma retaliação à intervenção do conselho federal da entidade na seccional paraense.

02 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Vídeo mostra presa algemada no pós-parto

Governo paulista diz que uso de equipamento ocorreu porque detenta mordeu dedos de agente que fazia a escolta

Mulher está na cadeia sob suspeita de furtar chuveiro, duas bonecas e quatro xampus; juiz já determinou libertação

Grávida de sete meses de uma menina, Elisângela Pereira da Silva, 32, foi presa em flagrante em novembro.

A suspeita: furtar um chuveiro, duas bonecas e quatro xampus das lojas Americanas do centro de São Paulo.

Levada a uma prisão superlotada, o Centro de Detenção Provisória de Franco da Rocha, região metropolitana, Elisângela deu à luz no sábado em um hospital da cidade vizinha Francisco Morato.

Horas após o parto, ela foi algemada pela perna e pelo braço direito à cama, conforme revelou anteontem o "Jornal da Record", da TV Record.

Um vídeo com três minutos de duração, gravado dentro do Hospital Estadual Professor Carlos da Silva Lacaz, mostra o tratamento dispensado a Elisângela no pós-parto.

Nas imagens, Elisângela exhibe o corte da cesariana a que havia sido submetida.

"O parto é um momento singular na vida de uma mulher que precisa ser respeitado", diz César Eduardo Fernandes, presidente da Sogesp (Associação de Obstetrícia e Ginecologia de São Paulo).

Segundo o obstetra, no caso de uma detenta, o ideal seria usar outros meios de coibir uma eventual fuga como, por exemplo, aumentar o número de pessoas da escolta.

Em novembro de 2011, a **Folha** revelou relatos de detentas que davam à luz algemadas no Estado de São Paulo.

A época, o governo paulista negou o uso de algemas durante ou no pós-parto.

Segundo resolução da ONU de 2010, da qual o Brasil participou da redação, é vedado o uso de instrumentos de contenção no trabalho de parto, no parto ou após o parto.

No caso de Elisângela, as autoridades dizem que ela foi algemada no dia seguinte ao parto após morder a mão direita de uma agente penitenciária que fazia a escolta.

Depois de ser liberada do hospital na segunda, Elisângela voltou ao presídio e sua filha ficou na UTI neonatal por ter nascido com sífilis.

Ontem, ao atender pedido de liberdade provisória da defensora pública Tatiana Mendes Simões, que cuida do caso de Elisângela, o juiz Marcos Alexandre Coelho Zilli determinou a liberação da presa, que passará a responder ao processo em liberdade.

A Defensoria Pública, o Grupo Tortura Nunca Mais e o MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos) pediram investigação do caso.

"Temos inúmeros relatos sobre o uso de algemas. Mas esse caso é concreto. O vídeo prova tudo. Isso pode se enquadrar em crimes de abuso de autoridade, agressão ou até tortura", diz Carmem Sílvia de Moraes Barros, do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

02 FEV 2012

A presa Elisângela Pereira da Silva, 32, algemada na perna e na mão em hospital de Francisco Morato (Grande São Paulo) após passar por cesariana e dar à luz uma menina



RESTRICÇÕES AO USO DE ALGEMAS

JUSTIÇA

Uma súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal diz que o uso de algemas em qualquer tipo de preso deve ser excepcional e fundamentado

DIREITOS HUMANOS

Documento da ONU intitulado "Regras Mínimas para Tratamento da Mulher Presa" condena o uso de qualquer instrumento de contenção na mãe durante e após o trabalho de parto

MEDICINA

O Conselho Regional de Medicina de SP afirma que a algema não pode ser usada, porque, no momento do parto, a mulher não apresenta risco de fuga. Após o parto, o ideal é que a mãe seja apenas acompanhada por uma escolta feminina — a algema deve ser o último recurso

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Caso é exceção, **02 FEV 2012**
diz secretário
do governador

"O uso da algema em situações como a dessa moça [Elisângela] é uma exceção. Não faz parte da nossa política carcerária algemar as mulheres durante ou no pós-parto", afirmou ontem o Lourival Gomes, secretário estadual da Administração Penitenciária.

Para o auxiliar do governador Geraldo Alckmin (PSDB), Elisângela foi algemada pois precisava ser contida.

"As algemas foram utilizadas só depois de ela ter mordido uma agente penitenciária que a acompanhava no hospital. Ela estava agressiva e colocava em risco a própria integridade e a de quem a atendia", afirmou Gomes.

De acordo com o boletim de ocorrência nº 424/2012, da Delegacia de Francisco Morato, além da agressão física, Elisângela também xingou a agente penitenciária.

A Secretaria de Estado da Saúde, responsável pelo hospital onde Elisângela deu à luz, informou em nota, num primeiro momento, que "eventuais medidas de segurança são definidas pelos agentes penitenciários que acompanham as pacientes, caso entendam que haja risco à integridade da equipe que irá prestar o atendimento."

A **Folha**, então, informou a pasta sobre a resolução da ONU que veda o uso de algemas no pós-parto. A secretaria manteve a posição: o agente penitenciário é quem decide pela algema. Em entrevista dada em novembro de 2012, o secretário da Administração Penitenciária disse: "Quando se chega ao hospital com uma presa quem vai dizer o que fazer é o médico"

02 FEV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-PR

empossa

novos

servidores

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourí Neto, deu posse nesta quarta-feira (1) a 109 assessores de desembargadores e juízes de Direito substitutos de 2º Grau. O presidente deu as boas vindas aos assessores e cobrou compromisso com a qualidade do serviço. "As nomeações visam aumentar a produtividade do Judiciário paranaense. É um esforço do Tribunal para reduzir a demora da Justiça", afirmou.

O desembargador Miguel Kfourí Neto comentou as dificuldades orçamentárias do Tribunal e ressaltou que isso não tem impedido avanços no Judiciário paranaense. "Temos dez juízes a mais que o Rio Grande do Sul, que tem o dobro do nosso orçamento", comparou.

Os assessores empossados nesta quarta-feira (1) fazem parte de uma lista de 610 bacharéis em Direito já nomeados na sexta-feira passada.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ANO JUDICIÁRIO 2012

Peluso destaca atuação do CNJ durante abertura

02 FEV 2012

Ministro lembrou papel decisivo do Conselho em inúmeras reformas

A atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi destacada, nesta quarta-feira (2), durante solenidade de abertura do Ano Judiciário 2012, realizada no Supremo Tribunal Federal (STF). Em seu discurso, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Cezar Peluso, afirmou que o Conselho tem sido "propulsor do desenvolvimento do Poder Judiciário".

O ministro destacou o papel do CNJ ao enumerar os avanços trazidos pela promulgação da Emenda Constitucional 45 (referente à Reforma do Judiciário), que, além de criar o Conselho, introduziu os institutos da súmula vinculante e da repercussão geral; a federalização dos crimes contra os direitos humanos; a ampliação das prerrogativas do Ministério Público; e a autonomia funcional e administrativa das defensorias públicas.

"Criado em 31 de dezembro de 2004 e instalado em 14 de junho de 2005, é inegável que, nestes quase 7 anos de atuação, com gestores e colaboradores de diferentes perfis, o CNJ tem sido propulsor do desenvolvimento do Poder Judiciário. A abrangência de seus programas, projetos, ações e campanhas fala por si só", declarou o ministro. Cezar Peluso

também enumerou iniciativas do CNJ voltadas ao planejamento estratégico do Judiciário, ao controle administrativo e financeiro e ao disciplinamento de órgãos e membros da magistratura.

Ao falar, por exemplo, dos mutirões carcerários que o Conselho realiza em todo o País, Peluso destacou que, nos últimos 20 meses, esse trabalho resultou na libertação de 21 mil pessoas presas ilegalmente e na concessão de benefícios legais a que outros encarcerados faziam jus.

"Não será demais compará-lo à libertação de prisioneiros em condições inóspitas de campos de concentração. Tal obra do Judiciário, insólita no concerto dos países estruturados sob a supremacia da ordem jurídico-constitucional, é, na sua vertente positiva de libertação, motivo permanente de orgulho e de celebração cívica e sintoma exuberante de saúde democrática", afirmou o ministro, que falou também da importância de outras iniciativas do CNJ voltadas ao desenvolvimento do Judiciário e à garantia da cidadania e dos Direitos Humanos.

Programas

O presidente citou, por exemplo, programas como o Justiça ao Jovem, que trata da atenção aos adolescentes em conflito com a lei; o Justiça Aqui, que facilita o aces-

so dos moradores do Complexo Alemão, no Rio, nos serviços judiciários; o Espaço Livre, que retira sucatas de aviões dos aeroportos e o Começar de Novo, que utiliza a inclusão produtiva de detentos e ex-detentos para reduzir a reincidência criminal. Destacou também o Justiça em Números, conjunto de indicadores do Judiciário; e o Processo Judicial Eletrônico, que pretende modernizar a tramitação processual.

O ministro Peluso criticou o tom das discussões sobre julgamento, previsto para esta quarta-feira no STF, da ação impetrada pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) questionando o poder do CNJ de investigar e punir magistrados.

"No debate apaixonado em que se converteu questão jurídica submetida ao juízo desta Corte, acerca do alcance e limites das competências constitucionais do CNJ, perde-se de vista que seu âmago não está em discutir a necessidade de punição de abusos, mas apenas em saber que órgão ou órgãos deve puni-los. Entre uma e outra coisa vai uma distância considerável", afirmou o presidente do STF e do CNJ.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente do Supremo suspende julgamento de limite ao poder do CNJ. Votação ocorre hoje

02 FEV 2012

Devido a uma sessão do Tribunal Superior Eleitoral, marcada para as 19h, o presidente do Supremo Tribunal Federal interrompeu às 18h30 de ontem o julgamento que definiria a autonomia do CNJ na investigação de magistrados e servidores do Judiciário.

De acordo com Peluso, o julgamento terá continuidade na tarde de hoje. A sessão foi interrompida antes mesmo do término da leitura do voto do relator da matéria, ministro Marco Aurélio Mello.

Ação proposta em agosto do ano passado pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) contesta a competência do órgão de iniciar investigações e aplicar penas administrativas antes das corregedorias dos tribunais. Na ação, a entidade questiona a legalidade de resolução 135 do CNJ, que regulamenta processos contra magistrados e prevê que o conselho pode atuar independentemente da atuação das corregedorias dos tribunais. Durante o julgamento desta quarta, os ministros decidiram debater a legalidade de cada item da resolução. O primeiro artigo analisado pelos ministros foi o 2º, segundo o qual "considera-se Tribunal, para os efeitos desta resolução, o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal Pleno ou o Órgão Especial, onde houver, e o Conselho da Justiça Federal, no âmbito da respectiva competência administrativa definida na Constituição e nas leis próprias".

PANORAMA POLÍTICO

Palavras de peso

O ex-ministro do STF, Nelson Jobim, primeiro presidente do CNJ, participou do ato da OAB em defesa do direito do Conselho Nacional de Justiça, ontem discutido no Supremo. É sua a frase: "A ação para restringir a atuação do CNJ é uma tentativa de radicalizar a autonomia, como se (os tribunais estaduais) fossem repúblicas livres de controle".

02 FEV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Banco pagará diferenças salariais a gerente que acumulou funções

Uma bancária contratada pelo Banco Itaúbank S/A como gerente de contas, mas que exerceu funções mais complexas ao acumular sua atividade com a de gerente geral receberá as diferenças salariais decorrentes desse acúmulo. A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou decisão que condenou o banco a pagar a diferença no percentual de apenas 30% da remuneração da gerente geral.

Admitida em abril de 1994 como "gerente de personal bank", entre 2002 e 2003 a bancária foi

gerente de contas na agência localizada no bairro de Pituba, em Salvador (BA). De 2004 até agosto de 2007 foi designada como "back-up" (substituta) da gerente geral, por esta ter assumido, nesse período, a gerência de duas outras agências. Com isso, passou a desempenhar funções diferentes daquelas para as quais fora contratada, de maior complexidade e responsabilidade, além de continuar exercendo as inerentes a seu cargo até setembro de 2007, quando foi dispensada.

O acúmulo de novas funções,

sem a devida remuneração, evidenciou para ela o direito de receber diferenças salariais, em valor correspondente a 30% de sua remuneração total e suas integrações ao salário. Com este propósito, ajuizou ação na Justiça do Trabalho. O juiz da 20ª Vara do Trabalho de Salvador considerou provado o acúmulo de funções e condenou o banco a pagar diferença salarial no percentual de 30% do valor pago à gerente geral. O Itaú, porém, conseguiu reformar a sentença no Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região (BA).

MP-PR e IAP farão vistoria em imóvel na Praia do Farol

Equipe técnica do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, do Ministério Público Estadual, e o Instituto Ambiental do Paraná farão vistoria, no próximo dia 16, para verificar se foi feita a demolição parcial de imóvel localizado na Praia do Farol, conforme determinação judicial.

Em 1999, o MP-PR, por meio da Promotoria de Justiça de Paranaguá, ingressou com ação civil

pública questionando a ampliação de imóvel que abrigava um restaurante, naquela área de preservação ambiental. A benfitoria resultou na reconstrução do imóvel, em obra de dois pavimentos, totalizando 192 m2 de área construída. No entanto, o Plano de Uso da Ilha do Mel estabelece 150 m2 como área máxima de construção por ocupação, em apenas um pavimento com altura máxima de quatro metros. O IAP havia

autorizado a obra, em desacordo com o Plano de Uso da Ilha, o que motivou o MP-PR a ingressar com a ação contra o proprietário do restaurante e contra o próprio Instituto Ambiental, a fim de que fosse promovida a demolição do andar superior da obra realizada, em desacordo com o permitido e que o IAP não mais concedesse autorizações de obra em desconformidade com o Plano de Uso da Ilha.

02 FEV 2012

JORNAL DO ESTADO

POSSE



O desembargador Rogério Luís Nielsen Kanayama assumiu ontem a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR) em cerimônia que teve ainda a posse do desembargador Rogério Coelho, como vice-presidente e corregedor do TRE. A nova cúpula diretiva será a responsável pela condução do processo eleitoral deste ano no Estado.

JORNAL DO ESTADO

Fiança 02 FEV 2012

O ex-deputado estadual Carlos Simões (PR) conseguiu ontem livrar-se da prisão depois de pagar fiança de R\$ 93 mil estabelecida pela Justiça. Simões havia sido preso na quinta-feira da semana passada, sob a alegação de ter se recusado a comparecer em juízo para defender-se no processo em que é investigado por peculato, por suposto desvio de salários de servidores quando ainda estava na Assembleia. Além da fiança, ele assumiu o compromisso de comparecer mensalmente à Justiça para responder o processo.

02 FEV 2012

JORNAL DO ESTADO

Cúpula do STF nega

CRISE NO JUDICIÁRIO

No retorno aos trabalhos, presidente do Supremo também rechaça redução de poderes do CNJ



Cezar Peluso: degradação do Judiciário seria "suicídio"

No discurso de abertura do ano judiciário, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, negou que o Poder esteja em crise e afirmou que estimular ou criar uma crise no Judiciário seria suicídio. Ele rebateu as afirmações de que os magistrados, por interesses corporativos, estariam tentando esvaziar os poderes do Conselho Nacional de Justiça e, com isso, inviabilizar punições a juízes suspeitos de corrupção.

"No debate apaixonado em que se converteu questão jurídica submetida ao juízo desta Corte, acerca do alcance e limites das competências constitucionais do CNJ, perde-se de vista que seu âmago não está em discutir a necessidade de punição de abusos, mas apenas em saber que órgão ou órgãos

deve puni-los. Entre uma e outra coisas vai uma distância considerável", afirmou. A competência do CNJ de investigar magistrados suspeitos será julgada hoje pelo Supremo.

"Temos ouvido, com surpresa, que o Poder Judiciário está em crise. Os mais alarmistas não excepcionam sequer os outros dois Poderes da República. Confesso que, alheio ao hábito da só visão catastrófica dos homens e das coisas, não é assim que percebo o País, nem o Poder Judiciário", afirmou. Peluso disse ainda que buscar a degradação do Judiciário poderia tirar a legitimidade das decisões judiciais e gerar insegurança jurídica.

"Só uma nação suicida ingressaria voluntariamente em um processo de degradação do Poder Judiciário. Esse caminho nefasto, sequer imaginável na realidade brasileira, conduziria

a uma situação inconcebível de quebra da autoridade ética e jurídica das decisões judiciais que, aniquilando a segurança jurídica, incentivando violência contra os juízes e exacerbando a conflitualidade social em grau insuportável, significaria retorno à massa informe da barbárie. Não é esse o nosso destino", afirmou.

Peluso repudiou ainda o que considerou tentativas de pressão sobre magistrados de obrigá-los a julgar um caso em determinado sentido.

02 FEV 2012
TRIBUNA DO PARANÁ



na banheira do

que prometeu almoço e
queria **serviço completo**
em troca. Ele era funcionário
do **Tribunal de Justiça.**

TRIBUNA DO PARANÁ

Garrafada

02 FEV 2012

Garotas assassinas

Adolescentes aceitam ir pro motel com técnico do Tribunal de Justiça, mas na hora do "vamos-ver" matam homem afogado na banheira da suíte

O técnico judiciário Mauri Adão Gonçalves Casou, 49 anos, funcionário do Tribunal de Justiça do Paraná, foi assassinado por duas adolescentes, de 16 e 17 anos, dentro de um motel em Colombo, na tarde de ontem. O crime ocorreu por volta das 16h30, no Motel Luar, na Rua Olímpio Cardoso, bairro São Dîmas. As duas garotas foram apreendidas e encaminhadas à delegacia do Alto Maracanã.

De acordo com os policiais militares do 17.º Batalhão, que atenderam a ocorrência, o trio chegou ao motel por volta das 13h. As adolescentes alegaram que foram ao local com Mauri, porque estavam com fome e o técnico prometeu a elas pagar o almoço no motel. No entanto, depois de almoçarem e beberem bastante, o técnico teria insistido em fazer sexo com as duas. Elas reagiram dando uma garrafada na cabeça de Mauri. Possivelmente quando ele já estava desmaiado, elas o afogaram na banheira.

Fuga

Depois do crime, as assassinas tentaram fugir com o carro da vítima. Não conseguiram passar pelo portão sem pagar a conta e escaparam a pé. Ao notar o nervosismo das duas e ao ver que elas tentavam sair de carro, sem o homem que as acompanhava, os funcionários perceberam que havia algo errado e foram verificar a suíte. Ao encontrar o homem morto na banheira, acionaram a Polícia Militar, que rapidamente localizou as adolescentes num matagal próximo.

As adolescentes seriam ouvidas na delegacia, onde passariam a noite encarceradas. Hoje à tarde elas devem ser levadas ao fórum de Colombo, para que o juiz determine o destino delas. Ambas vão responder pelo homicídio.

02 FEV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

DNA livra suspeito

O laudo preliminar do Instituto de Criminalística confirmou que Cristiano Gonçalves, 25 anos, não é o assassino da garota Rachel Genofre, encontrada morta dentro de uma mala, na rodoferrviária, em novembro de 2008. Ele foi apontado como suspeito após confessar ter estuprado e matado uma menina de 7 anos, em Santa Izabel do Oeste, no sudoeste do Estado. A vítima também foi colocada em uma mala.

Com a prisão de Cristiano, peritos coletaram o material genético do suspeito e compararam com o sêmen encontrado no corpo de Rachel. A delegada Vanessa Alice, do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) foi informada extraoficialmente ontem do resultado negativo.

02 FEV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Adiado julgamento sobre limitação de poderes do CNJ

O Supremo Tribunal Federal (STF) interrompeu, no início da noite de ontem, o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que questiona a competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para investigar magistrados antes das corregedorias dos tribunais de justiça nos estados.

Após a leitura do voto do relator, o ministro Marco Aurélio de Mello, os demais integrantes da Corte discutiram ponto a ponto as prerrogativas do CNJ, mas nenhum outro ministro chegou a proferir o voto. O início da sessão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do qual três ministros do STF são integrantes, impossibilitou a continuidade do julgamento. O tema deve voltar à pauta na sessão de hoje.

Marco Aurélio, relator, avaliou a Adin de forma favorável à Associação de Magistrados do Brasil (AMB), que propôs a ação. O STF está dividido sobre o tema. Em dezembro, Marco Aurélio concedera liminar determinando que a corregedoria do CNJ interrompesse a investigação de magistrados, sustentando que a tarefa deve caber primeiro às corregedorias estaduais.

O advogado da AMB, Alberto Pavie Ribeiro, disse, no início da sessão, que o motivo da ação foi a iniciativa do CNJ "de impor, por meio de uma resolução, uma norma com conteúdo diametralmente oposto ao que determina a Constituição."

METRO 02 FEV 2012

Supremo adia para hoje decisão sobre poder do CNJ

► Presidente do STF nega crise no Judiciário e garante que juízes acusados de corrupção não serão protegidos

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) devem julgar hoje a ação que busca restringir os poderes de investigação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) sobre os juízes.

A ação foi impetrada pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros).

Ontem, a sessão que julgaria o mérito da ação foi suspensa pelo presidente da Corte, Cezar Peluso.

Somente o ministro e relator do caso, Marco Aurélio Mello, que havia concedido liminar à AMB impedindo as investigações do CNJ, manteve a posição.

~A disputa acerca da competência do CNJ tem como base a interpretação do artigo 2º da resolução 135, que dá ao órgão poder de "tribunal". Para a AMB, a definição é uma ilegalidade. Já para o presidente do STF, ela especifica as funções atribuídas ao conselho.

Ontem, no discurso que abriu o ano do Judiciário, Cezar Peluso negou a existência de crise na Justiça brasileira. "Estimular ou criar uma crise no Judiciário é cometer suicídio".

Peluso negou que a tentativa de restringir as funções do CNJ seja uma forma de proteger juízes suspeitos de corrupção. • METRO

Secretaria vê violação de direitos em Pinheirinho

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República afirmou, em nota divulgada ontem, que existem violações dos direitos humanos nos alojamentos onde estão abrigadas as famílias retiradas da favela do Pinheirinho, em São José dos Campos, interior de São Paulo.

Entre os problemas encontrados nos abrigos visitados estão a ausência de condições de higiene, saúde e alimentação adequada, além da superlotação nos alojamentos e a falta de comunicação entre agentes responsáveis por assistir os desabrigados.

A secretaria informou que comunicou os problemas ao secretário de Desenvolvimento Social de São José dos Campos, João

Francisco de Lima. Lima se comprometeu a adotar medidas para ajudar os moradores, como atendimento psicológico, reforço na equipes sanitárias e melhoria na oferta de alimentação.

Ontem, a Assembleia Legislativa de São Paulo fez audiência pública para discutir a desocupação de Pinheirinho. Centenas de pessoas participaram do evento em apoio aos desabrigados. Na audiência, moradores deram depoimento e relataram abusos cometidos pela PM (Polícia Militar). ● METRO

MP e IAP vistoriam imóvel na Ilha do Mel

A demolição de parte de um imóvel na Praia do Farol, na Ilha do Mel, será vistoriada no próximo dia 16 pelo MP-PR (Ministério Público) e o IAP (Instituto Ambiental do Paraná).

"A informação que temos é que o proprietário reformou o imóvel, que estaria, agora, dentro do previsto pelas normas", diz o procu-

rador de Justiça Saint-Clair Santos, coordenador da área ambiental do MP-PR.

Em 1999, uma ação civil pública questionou a ampliação de um restaurante, autorizada pelo IAP, para dois pavimentos e 192 m², acima do limite permitido para a Ilha. O MP ingressou com ação contra o proprietário e o IAP. ● METRO CURITIBA

MP pede retirada de tachões

O Ministério Público do Paraná fez um acordo ontem com a prefeitura de Guarapuava, para retirada dos tachões, também chamados de "tartarugas" nas ruas da cidade em até seis meses.

Em uma vitória feita por técnicos do Detran, a pedido do MP, diversas irregularidades foram constatadas. A legislação proíbe a utilização dos tachões como redutores de velocidades, a não ser em casos específicos. ● METRO CURITIBA